

Jornal da Tarde

2/2/1985

Proálcool

Implantado em 1979, volta agora a ter seus objetivos questionados por técnicos, intelectuais e autoridades. Até que ponto pode ser útil nesta fase de reorganização do País?

FALAM OS ESPECIALISTAS

Sem acesso à terra, encontrando na cidade um mercado de trabalho onde a demanda de emprego é superior à oferta e não dispondo de qualificação mínima para a conquista dos empregos disponíveis, os bóias-frias protestam. Mal remunerados e destituídos de qualquer amparo previdenciário, os trabalhadores volantes não falam mais da posse de um pedaço de terra, antiga aspiração, mas de salários. Com fome eles exigem uma oportunidade de sobrevivência.

"Esse é o resultado de uma economia agrária concentradora da propriedade e do uso da terra. Resultado da incorporação de um padrão de industrialização altamente tecnificado e poupador da força de trabalho. De um desenvolvimento econômico gerador de desemprego e que a um só tempo expulsa o homem do campo e o exclui do sistema produtivo urbano", escreve Maria Conceição D'Incao, do Departamento de Ciências Sociais do campus de Araraquara, em seu livro "Qual é a questão do bóia-fria".

Com a autoridade de quem se dedica há 11 anos ao estudo da formação dos trabalhadores volantes, D'Incao afirma que a transformação do trabalhador rural em assalariado está Muito longe de se constituir numa questão simples. Segundo ela o "problema bóia-fria exige reflexões não apenas políticas, mas sociais e econômicas".

O assunto, entretanto, aparentemente vem sendo tratado com certa superficialidade tanto pelos empresários da agroindústria quanto pelo governo. Pelo menos é o que afirma Roberto Rodrigues, do Departamento de Economia Rural da Unesp: "Estão tentando resolver a questão apenas como atendimento das reivindicações mais imediatas.

Ninguém enfrentando objetivamente as causas deste convulsionamento indesejável".

Sem empregador...

Indesejável na medida em que as reivindicações trabalhistas feitas pelos bóias-frias são acompanhadas por discursos ressentidos dos usineiros que ameaçam com falta de dinheiro para as colheitas de entressafra nas áreas de renovação. Consideram as reivindicações "justas", mas não descartam a possibilidade de maior desemprego sazonal e mais duradouro. O alerta é feito por Olaccyr Francisco de Moraes, presidente do Grupo Itamarati, formado por 18 empresas que atuam nas áreas de construção, financeira, agropecuária e agroindústria: "Antes de atender as reivindicações feitas pelos trabalhadores é preciso evitar a quebra do usineiro, pois sem empregador não existe empregado".

Caracterizando seu setor como "descapitalizado", Moraes adianta que o que for repassado para o encarecimento da mão-de-obra só poderá ser absorvido na medida em que for repassado para o preço final dos produtos o que seria no mínimo catastrófico diante de uma inflação de mais de 220%. Mas nem tudo está perdido. Uma possível alta de preços dos alimentos que não trabalham com culturas mecanizadas poderá ser evitada com maior oferta do produto, o que segundo D'Incao garantiria também maior ocupação da mão-de-obra.

Tentativas

Tentativas nesse sentido já começam até mesmo a ser experimentadas por alguns municípios paulistas que iniciaram programas de emergência para aliviar a situação infra-humana dos trabalhadores volantes. Basicamente garantiu-se ao bóia-fria interessado um pedaço de terra — proporcional à sua capacidade de trabalho ou à de sua família — para o plantio de cereais e hortaliças. Até agora as experiências avançam mais em Brotas, Penápolis e Ipaçu.

A proposta, apresentada pela Cepam — Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal da Fundação Faria Lima, garante também ao volante assistência técnica, fornecimento de sementes, máquina para 1 o preparo da terra, seguro contra calamidades climáticas, pragas e escoamento de produção através do Ceagesp. Cada trabalhador recebe um financiamento, sem avalista, correspondente a um salário mínimo para se manter até a colheita. O financiamento, aberto pela Caixa Econômica Estadual, será pago sem juros com parte da venda da colheita. O restante fica com o bóia-fria.

Encaminhamentos como esse, sob o ponto de vista de alguns estudiosos, se mostram mais "maduros e definitivos" na medida em que de certa forma reintegram o homem à terra e evitam a possibilidade de mobilizações violentas como as que ocorreram em Guariba. O Cepam tenta estender o programa para outros municípios, mas tem encontrado dificuldades, quer pela resistência de prefeitos quer pela falta de terras disponíveis para a cessão em comodato aos bóias-frias. É o que acontece, por exemplo, na região de Ribeirão Preto onde ficam Barrinhas e Guariba, as áreas mais explosivas do campo paulista.

Mas, enquanto o Cepam tenta convencer os usineiros a ceder suas várzeas inproveitadas para evitar que daqui um ano haja uma nova explosão, alguns empresários declaram que a prioridade é a garantia do emprego que pode ser dada através de um programa de culturas intercalares a ser subsidiado pelo governo. A negociação, portanto, depende basicamente da boa vontade dos usineiros:

— Adquirirmos o péssimo costume dos herbicidas que além de importados e com custo absurdo desemprega muita mão-de-obra. O desemprego e os movimentos de reivindicação só serão equacionados com a adoção de culturas intercalares e com menos herbicidas.

Distribuição de renda

Nem todos, entretanto, concordam com Moraes. O professor Rodrigues, por exemplo, entende como "prioritário" não só a garantia do emprego, mas principalmente uma melhor distribuição de renda. "Seu não-cumprimento é agora o princípio de um processo revolucionário de conseqüências imprevisíveis. Fundamental é o estabelecimento de uma verdadeira política agrícola integrada, e consistente que contemple todos. Os segmentos da produção (desde a genética básica da semente até a comercialização) e do consumo (do preço ao abastecimento, priorizando a produção de alimentos). Para tanto é imprescindível que a agricultura se organize como classe e como setor preponderante da economia."

Contraditoriamente, porém, foi no bojo da monocultura canavieira que se verificaram, em São Paulo, as condições necessárias para a auto-identificação desses trabalhadores enquanto categoria, pré-condição para sua mobilização e organização política. A análise é feita por D'Incao em recente trabalho encaminhado à Universidade do Rio de Janeiro.

"A empresa monocultora na medida em que busca a maior racionalidade da produção tende a eliminar a mediação do gato ou empreiteiro na relação de trabalho com os volantes, a quem garantem também o respeito de alguns direitos trabalhistas. Isso tudo permite a redefinição da unidade de referência coletiva — a turma. A nível de luta, os bóias-frias passam então a se organizar por empresa."

Assumindo a categoria

Além disso, D'Incao acrescenta que o fato de a região assumir uma identidade econômica com a cana-de-açúcar, ela na medida em que se especializa começa a oferecer aos trabalhadores um trabalho que embora temporário é regular. Isso passa a ser um elemento favorável à fixação na região de uma população que perambulava errante na busca de trabalho. O bóia-fria ganha identidade enquanto categoria: são cortadores de cana e não apenas circunstâncias. "É exatamente a partir do momento em que eles se assumem enquanto trabalhadores da cana que ganham condições de se organizar."

— Feita nesses moldes a aceitação do presente, ser cortador de cana é ponto de partida para a avaliação crítica das próprias condições de trabalho. Num primeiro momento, esta auto-identificação se faz acompanhada da autopercepção como força de trabalho. Seus discursos são detalhados no relato de mortes, doenças e acidentes. Sentem-se exauridos pelo trabalho. Explorados no limite de sua resistência física e, por consequência, injustiçados.

Capítulo na CLT

Isso explica em partes por que de nas regiões canavieiras se observarem maior incidência de descontentamento e insurreição trabalhista. Para o professor Rodrigues, que é agrônomo e lavrador em Guariba, essas regiões por serem mais ricas e mais organizadas evidenciam com matos clareza as grandes disparidades sócio-econômicas. E também porque a organização mais perfeita proporciona maior facilidade de manobras. Essa organização, aliás, vem sendo entendida tomo fundamental:

— Para que esses trabalhadores passem a ser protegidos pela lei é necessário a princípio a organização da classe, tarefa nada fácil pela sua própria condição de despreparo. A extensão da CLT não satisfaz as necessidades dos bóias-frias. Contudo pensar numa legislação específica seria perda de tempo. Mais prático seria adicionar um capítulo à parte dentro da CLT sobre o trabalhador rural volante. Essa legislação no entanto trataria de garantir apenas princípios mínimos de reações de trabalho. O atendimento das reivindicações referentes às peculiaridades da região e da cultura seria garantido pela negociação, declara Amauri Mascaro Nascimento, professor titular de Direito do Trabalho, da Faculdade de Direito da USP.

"Até para ficar impune às infiltrações partidárias", Mascaro afirma que a união e organização são a única possibilidade que os trabalhadores volantes têm de conseguir o amparo da lei trabalhista, "difícil enquanto se mantiverem isolados e dependentes do intermediário da contratação eventual".

Recomenda por isso que a organização do trabalho seja feita através de cooperativas uma vez que a Lei nº 5.764 de 1971 não fixa de modo rígido os tipos de cooperativas por ela reconhecidos. Diz que a legislação estabelece um amplo campo para iniciativas cooperativistas não impedindo que também os bóias-frias se reúnam juridicamente como cooperados para defesa dos seus interesses.

Outra forma de união e organização apontada por Mascaro são os sindicatos rurais da categoria profissional. "Se esse caminho for seguido com maior empenho talvez seja possível que outro não venha a ser seguido, o da violência.

A organização desses trabalhadores enquanto categoria é considerada também por D'Incao como condição sine qua non na luta pacífica dos bóias-frias à obtenção do respeito. De nada adianta ter no papel uma legislação enquadrada. Se os trabalhadores não estiverem mobilizados, ela não será cumprida."

Registro em carteira

Tanto isso é verdade que ela lembra, em recente estudo, que a experiência tem mostrado aos bóias-frias que o registro em carteira muitas vezes funciona como um elemento a mais de controle dos empreiteiros sobre os trabalhadores. "O fato de estarem registrados os impede muitas vezes de mudarem de turma ou de empreiteiro. Uma dificuldade a mais. Sem contar a prática bastante usual por parte dos 'gatos' de reter a carteira de trabalho dos bóias-frias durante todo o período do contrato, devolvendo-a, muitas vezes, sem o registro esperado."

Declara que o direito a férias e 13º salário surge como algo que vem de fora, ou seja, como uma necessidade criada pelos próprios empregadores. Pressionados pela necessidade de garantir direitos trabalhistas aos volantes, muitos empreiteiros adotaram o mecanismo de reter parte do ganho diário destes visando devolvê-la ao final da safra sob forma de 13º salário e férias.

População excedente

— Com essa prática garantem a assiduidade ao trabalho e a permanência dos trabalhadores em sua turma. A falta pode significar a perda do dinheiro retido na semana e a saída antes do término da safra a perda desse dinheiro. Esse procedimento, entretanto, ao mesmo tempo em que deu aos bóias-frias a consciência desses direitos elevou-lhes a consciência de estarem sendo lesados ou enganados.

Contudo, a dificuldade de garantir o cumprimento tanto da lei quanto dos acordos mantidos não são as únicas dificuldades a serem consideradas nesse processo que vem sendo definido como "a proletarização do trabalhador rural". Mais importante é a tendência à mecanização que com o maior custo da mão-de-obra passa a ser uma tendência inexorável que pode levar ao desaparecimento dos fornecedores menores:

— Já se constatou na região de Ribeirão Preto uma tendência à fixação de mão-de-obra por parte das usinas mais evoluídas do ponto de vista da tecnologia. Segundo levantamento realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo essa fixação atingia no entanto apenas 30% dos trabalhadores. Por outro lado, observamos que esse processo se faz pela via da contratação dos trabalhadores mais aptos e produtivos já que oferecera as melhores condições de trabalho que deixa de ser temporária. Isso significa que associada à estabilização da mão-de-obra está a redução da oferta de trabalho, o que tem como consequência a formação de uma população mais uma vez excedente, formada por velhos (mais de 40 anos), mulheres e crianças.

Diante desse quadro, Élide Rugai Bastos, professora de sociologia da PUC, é taxativa: "O problema do bóia-fria não comporta soluções isoladas. A mobilização de Guariba abriu uma ferida profunda que exige tratamento diferenciado. Não se pode restringir negociações ao nível do atendimento das reivindicações imediatas, pois na medida em que esses trabalhadores se organizam suas reivindicações ganham força e amplitude. Por isso, é necessário que se faça uma abordagem abrangente de todo o sistema fundiário, caso contrário uma série de novos confrontos se sucederão". S.L.

(Página 31 — Caderno de Programas e Leituras)